

**MULHERES E LEGISLATURAS NO MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES -
BAHIA (1970-1980)**

Brena Oliveira Pinto*

A década de 1970 é considerada por muitos como um marco para o movimento de mulheres no Brasil. Após o movimento das sufragistas, no início do século XX, nota-se um hiato no movimento protagonizado por mulheres. Sendo assim, a década de 1970, e tudo que ela representou, refletiu para reacender e incrementar pautas do movimento feminista, como também para somar às pautas mais gerais alguns debates de gênero.

Neste momento em que o Brasil vivia a experiência de uma ditadura militar, e que tantos grupos tiveram que viver na clandestinidade, a maior resistência era lutar contra o regime opressor e pautar uma alternativa política para o Brasil. Diante desta conjuntura, muitas mulheres se somaram a esses grupos ou formaram grupos específicos, em que pautavam temas referentes ao momento em que o Brasil passava, mas também questões relacionadas às necessidades das mulheres brasileiras em debater temas relacionados ao universo da mulher. De acordo com Céli Regina os movimentos de mulheres durante a ditadura foram organizados

[...] não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo público. São exemplos dessas organizações os movimentos contra a carestia, os clubes de mães, o movimento pela anistia, entre muitos outros.¹

A inserção mais efetiva da mulher no campo da política nacional se deu tanto em grupos de esquerda, mas também naqueles que legitimavam a ditadura. Um exemplo disso foi a “Marcha da Família com Deus, pela pátria e pela liberdade”, que ocorrida em meados da década de 1960 tinha como principal bandeira de luta o anticomunismo e a oposição ao nacional-reformismo do Governo de João Goulart, e que contava com amplo apoio dos setores conservadores da Igreja Católica e do Exército e com o apoio de entidades como o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o IPES

* Mestranda em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Bolsista CAPES. Email: brenapinto@yahoo.com.br

¹PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. Coleção História do Povo Brasileiro, p. 43.

(Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e que tiveram à frente mulheres da alta sociedade e representante das famílias mais tradicionais do Brasil.

Ainda que representasse o conservadorismo ao irem de encontro às reformas de base e ao comunismo, o fato das mulheres irem às ruas em um movimento autônomo e organizado por elas próprias - ainda que com apoio de outros setores, como a Igreja Católica - demonstra o rompimento com aquele modelo de sociedade do final do século XIX, onde o espaço de atuação feminino estava restrito ao seu lar, sobretudo, para as mulheres de elite. As “Marchas”, independente dos seus posicionamentos políticos e ideológicos, foram um importante evento no sentido de levarem as mulheres ao espaço da rua e de forma expressiva.

O fato é que a partir da década de 1970 a participação da mulher na política se tornou mais frequente, quando elas pautavam um novo projeto de sociedade, expondo suas demandas em diversas esferas e, na década de 1980, quando muitos partidos políticos passaram a absorver muitas das reivindicações das mulheres, até como uma forma de atrair a mulher como um “elemento novo” na política.

Já para Clarissa Garcia, a conquista dos direitos políticos das mulheres está vinculada a três momentos distintos da História do Brasil, ao longo do século XX:

O primeiro, na década de 30, com a conquista do voto; o segundo, na década de 80, quando da convocação e dos trabalhos da Assembléia Constituinte, em 1986/1988 [...]. O terceiro momento importante, na década de 90, refere-se à aprovação da Lei de Cotas – uma ação afirmativa cujo objetivo é ajudar a corrigir o contexto histórico de exclusão e desigualdade para as mulheres no espaço político.²

Estes elementos favoreceram a participação política feminina, mas não significa que esta participação tenha sido efetivada de forma expressiva. Prova disso, é que ainda hoje é frequente a reivindicação por parte das mulheres na política formal brasileira, diante de dois aspectos: ampliação da participação, a partir da paridade em partidos e candidaturas; e a participação da mulher na prática, já que sua candidatura e eleição não significa necessariamente a garantia de pautas referentes ao universo feminino.

Durante essas décadas, nos âmbitos estadual e municipal, os partidos, mesmo os de direita, inseriam em seus programas algumas demandas defendidas pelas mulheres,

² GARCIA, Clarissa. As mulheres e as eleições municipais de 2004 no Nordeste. In: *Cadernos feministas de economia & política*. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, nº. 2, 2005, p. 15.

no intuito de ter como correligionárias e/ou cabo eleitorais, figuras que diante da sociedade local eram vistas como populares, defensoras de uma demanda social, muitas vezes assistencialista e que não contestava o espaço “determinado” para a mulher naquela sociedade. Era uma forma de inserir a mulher em um espaço pouco ocupado por ela, mas cumprindo um papel diferente do homem.

Foi na década de 1970 que o município de Amélia Rodrigues elegeu as duas primeiras mulheres para o Legislativo Municipal. Desta forma, o objetivo deste trabalho é compreender a atuação dessas mulheres, considerando o contexto em que estavam inseridas e os elementos que favoreceram a sua inserção/participação na vida pública e na política local.

Para compreender a dinâmica da participação das mulheres no município de Amélia Rodrigues, faz-se necessário analisar um pouco deste espaço e de como sua organização social desenhou algumas relações, favorecendo, gradativamente, a projeção da mulher em um meio historicamente restrito ao universo masculino.

Amélia Rodrigues está localizada no Recôncavo da Bahia, entre as duas maiores cidades do Estado, Salvador e Feira de Santana. Originada a partir de uma sesmaria, doada em 1609, onde hoje se localiza o distrito de São Bento, posteriormente, passou a pertencer ao Mosteiro de São Bento, que nomeou a localidade de Inhatá e deu início ao seu povoamento, como demonstra Vanessa Araújo:

Com novas propostas para as terras, a instituição religiosa começou o processo de povoamento, fazendo construções como a capela, o convento e o engenho, nomeando a região de Inhatá em 25 de janeiro de 1622. O lugarejo, então, foi crescendo devido a grande quantidade de engenhos de açúcar que se situavam na região, por causa das condições climáticas e o solo massapé, como o Engenho São Bento do Inhatá, o Engenho Novo, o Engenho da Mata e o Engenho Nossa Senhora de Brotas, todos do século XVIII.³

Sendo assim, tem sua história atrelada à atividade canavieira, determinando seu povoamento, a economia e as características políticas, desde quando ainda era uma Vila e, posteriormente, distrito do município de Santo Amaro da Purificação, fato que perdurou até 1961, quando conquista sua emancipação política. Durante muitas décadas as usinas e demais atividades originadas da cana de açúcar foram o pilar da economia de

³ OLIVEIRA, V. Araújo. *Construindo Amélia Rodrigues: discursos sobre identidade local (1961 - 1990)*. 2009, 53f. (monografia de conclusão de curso). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

Amélia Rodrigues, como pode ser comprovado em matéria do Jornal *Feira Hoje*, de 1976:

O principal fator da economia é a atividade agro-açucareira do município: Aliança, na Vila da Mata da Aliança, é a maior de todo o Estado, a Usina Itapetingui, no povoado de Itapetingui, fabrica o melhor açúcar da região, mais ou menos 4 mil operários e trabalhadores braçais aí se instala.

Sete alambiques destilam a melhor aguardente produzida no Norte Nordeste do Brasil, o principal é Boa Esperança, que, com instalações modernas, tem capacidade para produzir até 25 mil litros, existem outros com menos produção, excelente qualidade.⁴

Essa relação tão estreita entre o município e a atividade açucareira, no que diz respeito aos aspectos econômicos, deixa como legado uma sociedade extremamente desigual e no campo da política, o resquício da política patriarcal e assistencialista, onde a referência de poder e representatividade era o proprietário da usina, o sucessor do senhor de engenho. Com a falência de muitas usinas, o município assiste a uma desaceleração no crescimento da sua população, motivada pela saída de homens que iam trabalhar nas usinas em outras cidades ou Estados, deixando suas famílias em busca de melhores condições de vida. Essa dinâmica favoreceu a ascensão da mulher como chefe da família, a pessoa que mediava os problemas domésticos e administrava as finanças enviadas pelo marido. Mesmo quando não havia o deslocamento dos seus parceiros para outros lugares, muitas delas também passaram a ter a necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar, como demonstra o depoimento abaixo:

Tiveram uma banca quando o jogo do bicho ainda não era proibido. A Usina São Bento fechou, caiu o movimento e não dava mais para viver de negócio. Um compadre e amigo conseguiu um emprego para o marido, num escritório da Usina Aliança, mas, com a família numerosa, ela precisava continuar ajudando. Já vinha há muito tempo trabalhando como professora leiga, ensinando particular.⁵

Compreender essa dinâmica favorece o entendimento de que forma a mulher passa a se destacar em um cenário onde sempre vigorou a política patriarcal, fazendo da política a extensão do seu lar, onde a população era objeto de seu zelo e cuidado. Para

⁴ Feira de Santana: *Jornal Feira Hoje*, 27 de março de 1976, p. 02. APUD: OLIVEIRA, V. Araújo. *Construindo Amélia Rodrigues: discursos sobre identidade local (1961 - 1990)*. 2009, 53f. (monografia de conclusão de curso). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

⁵ SILVA, Perolina da Costa Pinto. *Memória de uma menina risonha*. Salvador: EGBA, 2013.

Ana Alice Costa, muitos mandatos femininos na esfera municipal eram, em sua grande maioria, uma missão a ser cumprida no âmbito familiar, o que se pode verificar tanto no que motiva as mulheres a participarem da vida política como também à sua forma de lidar com o meio político, determinando muitas vezes a sua atuação. O que ajuda a compreender a inexistência em seus discursos e em suas legislaturas de pautas históricas do movimento de mulheres em nível estadual e nacional.

No caso dos municípios de pequeno porte no Nordeste brasileiro, como é o caso de Amélia Rodrigues, diversos fatores contribuem para analisar o desenho político que se configura no período republicano e que ainda hoje apresenta resquícios. Clarissa Garcia apresenta de forma bem contextualizada o cenário sócio-político do Nordeste no período em questão:

A população nordestina vive em condições de pobreza e desigualdade social, reflexo de um processo multissecular de exploração e concentração de renda, terra e poder político patriarcal, apresentando diversas formas de exclusão. Essas características conduziram a um modelo político baseado no clientelismo, na compra de votos, gerando relações de dependência de uma maioria extremamente pobre em relação aos chefes políticos local.⁶

Na primeira década após emancipação político-administrativa, ocorrida em 1961, as gestões se ocuparam em definir uma identidade própria para o recém criado município. Essa identidade se definia de duas formas: pelos símbolos criados (brasão, bandeira, nome, hino) e pelo discurso que definia as prioridades para o esperado “progresso municipal”. Nestes elementos pode-se perceber uma presença grande da figura feminina, como por exemplo o nome “Amélia Rodrigues”, em homenagem à educadora e poetisa, que nasceu nas imediações do município. A partir daí, todos os símbolos fazem referência à mulher e seu papel na educação, como o brasão, que entre outros elementos, apresenta a tinta, a caneta e o papel.

Outro registro que faz relação entre mulher, educação e progresso é o hino municipal, escolhido a partir de um concurso realizado pela administração local e de autoria de Fernando Antonio Pinto da Silva. No hino, o autor diz:

Amélia Rodrigues tá indo pra frente
Pensou uma menina, pensou uma menina na frente da escola

⁶ GARCIA, 2005, p. 14.

Um dia essa menina virou mãe e mestra
E desta terra foi embora... pra história
Um dia essa menina virou mãe e mestra
E desta terra foi embora
Deixou o amor educado,
Esperando o progresso chegar
O progresso chegou quando o asfalto passou
Quando o asfalto passou cruzando os canaviais
E cada vez mais rico ficou o nosso chão
Depois que chegou a emancipação
[...]⁷

Essa ideia da educação como porta para o progresso também estava presente no discurso dos governantes locais. Em uma matéria do Jornal *Feira Hoje*, de 1976, o então prefeito Mário Souza destaca a sua preocupação com a educação no município, fazendo referência à figura da educadora Amélia Rodrigues:

Mário Souza diz que foi inspirado “nas origens do Município”, na figura divina da “Mãe Mestra”, é que procuramos imprimir na nossa administração, um trabalho dedicado à educação. Os convênios assinados com as entidades governamentais, federais e estaduais, e os nossos próprios recursos, nos possibilitaram construir uma boa estrutura educacional.

Construí seis salas no Colégio Luiz Viana Filho, um prédio em Mata Velha e, possivelmente, a criação do curso pedagógico. A prefeitura mantém convênios com a Secretaria de Educação e Cultura e o Mobral.

“Dentro de dois anos não haverá no Município de Amélia Rodrigues um analfabeto” afirma o prefeito. Foi lançado um índice impressionante de alfabetização considerado o maior do Estado, dos 933 indivíduos matriculados na primeira etapa para o Mobral, 583 foram alfabetizados.⁸

Ao colocar a educação como “carro chefe” para o progresso municipal, houve uma valorização desse espaço, e uma importância ao papel ocupado pelas professoras e gestoras educacionais. Muitas mulheres foram identificadas como grandes lideranças, fortes cabos eleitorais e possíveis candidatas a vereadoras. E este reconhecimento era corriqueiramente destacado pelos vereadores em seus discursos na Câmara, como neste discurso, em que um legislador destaca a competência e o comprometimento das então

⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES. *Hino municipal de Amélia Rodrigues*. SILVA, Fernando Antônio Pinto, 2011, (áudio).

⁸ Feira de Santana, Jornal: *Feira Hoje*, 27 de março de 1976 (sábado), p. 02. Apud: OLIVEIRA, V. Araújo. *Construindo Amélia Rodrigues: discursos sobre identidade local (1961 - 1990)*. 2009, 53f. (monografia de conclusão de curso). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

diretoras com a educação municipal, fazendo um discurso de teor político sobre a atuação das professoras:

Congratulou-se com a Direção do Colégio Luiz Navarro de Brito pela brilhante festa que promoveu por ocasião da passagem do dia da criança. Agora o colégio está realmente entregue a pessoas competentes e dedicadas, assim sendo, outra coisa não se poderia esperar. Tenho certeza que as professoras Creusa e Clarice irão recuperar em todos os aspectos aquele estabelecimento de ensino.⁹

Além da educação, pode-se identificar outros espaços que proporcionava visibilidade e empoderamento às mulheres amelienses, como as atividades assistencialistas, nos movimentos eclesiais de base, e nos serviços de saúde, sobretudo através das parteiras.

A presença católica desde a fundação do município contribuiu para que a religiosidade fosse um traço característico de Amélia Rodrigues. Em torno da fundação da Paróquia de Nossa Senhora da Lapa, padroeira da cidade, formou-se um movimento de fiéis, sobretudo de mulheres, que organizaram diversas atividades filantrópicas, no intuito de angariar fundos para construção da Igreja Matriz. Uma dessas fiéis era a professora Maria da Purificação Azevedo, ou simplesmente, Dona Mariquinha, como era popularmente conhecida. Jeovane de Jesus fala sobre sua importância para o público católico em Amélia Rodrigues:

A construção da Matriz foi fruto dos esforços da Professora Maria da Purificação Azevedo, importante católica do município e grande benfeitora que doou a Igreja local vários bens, que hoje fazem parte do patrimônio da Igreja Católica ameliense como a atual Casa Paroquial, as terras (da antiga Rocinha) onde hoje é o Convento das Irmãs Missionárias do Coração de Maria e seu Educandário, além do terreno e a própria construção do templo que se deu mediante seus esforços juntamente com um grupo de fiéis locais [...]¹⁰

As intervenções religiosas e filantrópicas tiveram grande aceitação na sociedade ameliense, tão marcada pelo assistencialismo. Não foi sem motivos que muitas mulheres que estiveram à frente dessas atividades eram convidadas a se projetar

⁹ CÂMARA DE VEREADORES DE AMÉLIA RODRIGUES. *Ata das sessões*. Amélia Rodrigues, 18 de outubro de 1979, p. 21v.

¹⁰ JESUS, Jeovane Santos de. *O vírus vermelho e o terço na ponta do fuzil: cristãos amelienses entre fé e política* (1965 – 1985). Feira de Santana

na vida política, lançando candidaturas. E mesmo quando não se lançavam diretamente na política formal, exerciam influência em associações ou como fortes cabos eleitorais.

Alaíde Paim, uma das fiéis que esteve à frente com Maria da Purificação Azevedo e, que anos mais tarde, se tornou a primeira mulher eleita vereadora no município, narra uma ação direcionada para a população socialmente desfavorecida, que ela denomina de “*Natal da Criança Pobre*”:

[...] compramos o pano, porque não tinha roupa pronta naquela época, né? Pano pra roupa pra menina, pra menino... e compramos uma porção de brinquedos pra dar aos outros que não tinha assim tanto dinheiro. Eu sei que foram quatrocentos e cinquenta crianças que receberam...¹¹

Para além de considerar a natureza dessas atividades e a importância delas para a comunidade, vale ressaltar que foi a partir dessas iniciativas que a mulher ganhava mais visibilidade na vida pública. Neste caso, estamos falando de um grupo específico: mulheres em sua maioria brancas, de famílias tradicionais, donas de propriedades, religiosas e com alta reputação na sociedade ameliense. Algumas delas exerciam a docência, mas a boa parte delas era dona de casa e utilizavam as horas livres para se dedicarem às atividades religiosas.

A religião como porta de entrada para a vida pública e como reflexo do local até então ocupado pela mulher na sociedade não foi uma característica exclusiva do município de Amélia Rodrigues. No início do século XX muitas mulheres na Bahia e no Brasil, iniciaram debates acerca da condição feminina a partir da sua prática religiosa. Claudia Vieira ao tratar da trajetória de vida de Edith da Gama e Abreu, relembra que a construção do seu ideal de liberdade tinha como base o catolicismo. Sobre este momento, Vieira diz: “[...] a liberdade, portanto, apesar da sua importância para certas mulheres, é ainda vista não como algo a ser conquistado por elas, mas uma concessão divina”¹².

Das cinco mulheres eleitas em Amélia Rodrigues, entre 1972 a 1989, todas apresentam um perfil e uma trajetória de vida muito parecida entre si. Em sua grande

¹¹ Depoimento de D. Alaíde Paim das Virgens. Entrevista concedida em 26/04/2013, em Amélia Rodrigues-BA.

¹² VIEIRA, Claudia Andrade. *Feministas e feminismos na Bahia (1930 – 1940)*. (Dissertação de Mestrado). 2002. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 27/28.

maioria são mulheres brancas, casadas, da mesma faixa etária, de classe média, moradoras do centro da cidade e com tradição política na família, apesar delas próprias não participarem de nenhum espaço político, formal ou informal, antes da legislatura. As adversidades se fazem presentes um pouco quando analisamos as profissões, embora a diferença fosse muito pouca, variando entre professoras, estudantes e donas de casa. A forma pela qual foram inseridas na política também não apresenta muita distinção.

Tendo como base o contexto histórico e político do Brasil entre as décadas de 1970 e 1980, nota-se que a atuação das mulheres em Amélia Rodrigues não estava em consonância com o movimento de mulheres em nível nacional. As pautas introduzidas pelo movimento de mulheres nacionalmente (como sexualidade e aborto, entre outros) não faziam parte do cotidiano e dos discursos das vereadoras amelienses, como se pode notar ao nas atas das sessões da Câmara de Vereadores.

Ao analisar os documentos da Câmara de Vereadores de Amélia Rodrigues no período de três anos (1979 a 1981), observamos que não constava nenhum projeto proposto por nenhuma das três vereadoras da época. Até mesmo os pronunciamentos eram bem pouco frequentes e quando eram feitos era para tratar de assuntos de pouca relevância diante das situações vividas cotidianamente por aquela população, como datas comemorativas, aniversário, casamento ou falecimento de algum munícipe.

Mesmo quando temas relevantes para sociedade, como desemprego em massa em uma empresa localizada no município, falência de uma fábrica local, orçamento anual, eram debatidos na Câmara, não existia uma apropriação por parte das vereadoras. O que se nota a partir dos documentos da Câmara, é que os debates eram feitos para além daquele espaço, mas que não se chegava até elas. Um exemplo bastante emblemático foi de um convite emitido para Câmara local e registrado em Ata:

Passou para o expediente, que constou de um convite da Associação Filhos e Amigos de Amélia Rodrigues, para os maiores de 18 anos assistirem no próximo dia 15 do corrente [mês], às 20 horas, neste local a exibição de slides com comentários de pessoas abalizadas referentes ao aborto, assunto bastante polêmico em nossos dias.¹³

A partir daí, percebe-se que a sociedade civil já debatia esses temas, inclusive, reconhecendo que era um tema “polêmico” para época, e mesmo sendo assunto de

¹³ CÂMARA DE VEREADORES DE AMÉLIA RODRIGUES. *Ata das Sessões*. Amélia Rodrigues, 13 nov. 1980.



interesse direto das mulheres, ele não mereceu nenhum tipo de destaque pelas vereadoras que atuavam na Casa naquele momento.

Por outro lado, através dos pronunciamentos nota-se que essas mulheres mostravam um grau de escolaridade mais elevado, sempre destacando datas marcantes e saudando personalidades brasileiras como Ruy Barbosa e Jorge Amado. Em seus poucos pronunciamentos também fica nítido os seus posicionamentos e fidelidade ao grupo em que pertenciam politicamente. Alguns dos poucos pronunciamentos feitos por elas eram para defender o prefeito do seu grupo, quando alguns dos vereadores dos partidos de oposição faziam acusações. Mais uma vez, a política paternalista ficava evidente, enquanto a política partidária e programática ficava em segundo plano.

Um caso a se destacar é o da vereadora Cleuza Arão que dentro da sua atividade legislativa ocupa um papel de destaque a nível regional, sendo escolhida em 1981 para compor o conselho fiscal da ASCAFERBA (Associação das Câmaras de Vereadores de Feira de Santana e Recôncavo Baiano), sendo a única dentre os onze vereadores a compor este espaço, que era ocupado neste mesmo momento por vereadores da região a exemplo de Hugo Navarro e Noide Cerqueira.

Esta vereadora foi um caso específico que se diferenciava um pouco das outras, tendo uma atuação mais ampla, dialogando com outros espaços. Não foram encontrados registros de que tenha tido antes dela, algum caso de participação política em sua família. Muito pelo contrário, seu esposo saiu candidato a vereador anos depois, mas não teve êxito em sua eleição. Este foi um dos casos de mulheres que se projetaram na vida pública a partir da atuação educacional. Outro fato curioso é que entre as vereadoras pesquisadas, ela foi a que teve o maior número de mandatos, sendo três consecutivos, muito provavelmente pelo grau de envolvimento da mesma com o universo da política em outras esferas, e não apenas no âmbito municipal.

Esta é uma outra característica comum às mulheres envolvidas na política em Amélia Rodrigues, assim como a realidade de outros municípios: o fato de não levar adiante a carreira política. Umhas foram eleitas apenas uma vez e nem se quer voltaram a se candidatar, outras se elegeram uma ou duas vezes, mas pararam sua atuação na política, geralmente por questões familiares. Entre as ex-vereadoras entrevistadas, foi predominante a questão familiar como motivo para deixar a política, muitas vezes até a pedido do marido.

Este aspecto pode ser levado em conta ao se analisar que até hoje o município de Amélia Rodrigues nunca apresentou uma candidatura feminina para um cargo de maior representatividade, como o Poder Executivo Municipal ou cargos em outras esferas da política a nível estadual e/ou federal. Até então, o máximo que foi registrado foi uma candidatura para vice-prefeita, inclusive, por uma das mulheres pesquisadas.

Ana Alice Costa justifica a limitação feminina em sua atuação na política e o porquê da política local ser algo mais acessível à mulher:

Na prática, os municípios são os espaços onde as mulheres se destacam um pouco mais na sua atividade política formal, constituindo-se em um espaço privilegiado de sua atuação política. Isso é o resultado, em grande parte, das facilidades que a mulher encontra para conciliar sua atividade política com as responsabilidades e afazeres domésticos, já que as mulheres, ao atuarem na esfera pública (seja na produção social ou na política formal e/ou informal), não conseguem livrar-se de seus labores domésticos. A dupla jornada está presente também na vida das mulheres, que exercem cargos públicos, militam em partidos ou sindicatos, atuam no parlamento etc. Para elas, muitas vezes, a atividade política vem a constituir-se em uma jornada a mais de trabalho além das duas que já têm.¹⁴

Outra questão importante a ser considerada, também abordada pela autora, é que os problemas debatidos no âmbito municipal estão no dia-a-dia das mulheres e tem “relação direta com as condições de vida de sua família, a vizinhança e a localidade”¹⁵. Desta forma, é compreensível que a atuação das vereadoras de Amélia Rodrigues se dê mais no exterior da Câmara, nas ruas e comunidades do município, atendendo demandas da população, como encaminhamento de consultas, defesa dos menos favorecidos frente à gestão municipal, pagamento de medicação, etc., do que uma atuação prática no cotidiano da vereança.

O assistencialismo era a forma mais palpável para atender às demandas da população e isso não era exclusividade das mulheres. Talvez entre as vereadoras fosse uma característica mais evidente pela cultura da “política materna”, mas também, era uma característica presente entre os vereadores homens, a tal ponto de em uma votação de orçamento municipal em 1981, o Poder Executivo Municipal estabelecer um subsídio para que os vereadores pudessem bancar essas despesas dos munícipes. Para

¹⁴COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas no poder*. Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/Ufba – Assembleia Legislativa da Bahia, 1998, p. 89

¹⁵ Ibidem.

este aspecto se deve considerar o fato de que a própria legislação favorecia certas práticas clientelistas.

O fato é que a candidatura e a eleição dessas mulheres foram relevantes para se firmar a participação da mulher na política local. A prova disso é a continuidade da representação feminina nestes espaços ainda nos dias de hoje. Na última eleição municipal, realizada em 2012, dos onze vereadores eleitos, três foram mulheres¹⁶. E essa média tem sido uma constante em eleições anteriores.

Reconhecendo os poucos trabalhos acadêmicos e históricos sobre o espaço estudado, esta pesquisa pretende contribuir para o conhecimento das diversas memórias do município de Amélia Rodrigues e, sobretudo, abrir algumas possibilidades para repensar as relações de gênero neste espaço específico, ao abordar de que forma as mulheres participaram ativamente da construção desta sociedade e de como se inseriram em espaços historicamente negados a elas.

Por fim, espera-se ter contribuído para repensar o papel da representação da mulher e também da política como mais um espaço de empoderamento feminino, porém, não o único. Ainda que a participação da mulher, em alguns contextos, seja um prolongamento da sua função no âmbito familiar e até mesmo de fortalecimento de um projeto político que não dialoga com as pautas do feminismo, não se pode deixar de considerar a importância das mulheres ocupando os mais variados lugares sociais. Além disso, a participação das mulheres nesses espaços cumpre uma função de incentivar outras mulheres a estarem participando legitimamente dos mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA DE VEREADORES DE AMÉLIA RODRIGUES. *Ata das sessões*. Amélia Rodrigues, período de 1979 a 1981.

¹⁶ De acordo com a Ata de Posse da Câmara de Vereadores foram eleitas na última eleição municipal as seguintes vereadoras: Gilsete Santos (PSD), eleita pela terceira vez consecutiva; Adelaide Rocha (PSC), também eleita pela terceira vez; e Verônica Barbosa (PCdoB), eleita pela primeira vez no município.



COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas no poder*. Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/Ufba – Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

COSTA, Ana Alice Alcântara. Matrizes históricas do feminismo baiano: as lutas sufragistas através da imprensa. In: AMARAL, Célia Chaves Gurgel do; SALES, Celecina de Maria Veras; AZEVEDO, Helena Selma; D'ÁVILA, Sande Maria Gurgel. *Múltiplas trajetórias: estudos de gênero do 8º Encontro da REDOR*. Fortaleza, REDOR/NEGIF – UFC, 200.

Depoimento de D. Alaíde Paim das Virgens. Entrevista concedida em 26/04/2013, em Amélia Rodrigues-BA.

Depoimento de Rita Paim Cardoso. Entrevista concedida em 18/09/2013, em Amélia Rodrigues-BA.

GARCIA, Clarissa. As mulheres e as eleições municipais de 2004 no Nordeste. In: *Cadernos feministas de economia & política*. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, nº. 2, 2005.

JESUS, Jeovane Santos de. *O vírus vermelho e o terço na ponta do fuzil: cristãos amelienses entre fé e política (1965 – 1985)*. (monografia de conclusão de curso). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013.

OLIVEIRA, V. Araújo. *Construindo Amélia Rodrigues: discursos sobre identidade local (1961 - 1990)*. 2009, 53f. (monografia de conclusão de curso). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. Coleção História do Povo Brasileiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES. *Hino municipal de Amélia Rodrigues*. SILVA, Fernando Antônio Pinto, 2011, (áudio).

SILVA, Perolina da Costa Pinto. *Memória de uma menina risonha*. Salvador: EGBA, 2013.

VIEIRA, Claudia Andrade. *Feministas e feminismos na Bahia (1930 – 1940)*. (Dissertação de Mestrado). 2002. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.